

40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG03 – As ciências Sociais e as populações costeiras: territórios e conflitos

Associativismo na pesca artesanal: um estudo sobre a formação do capital social nas comunidades pesqueiras da Bacia de Campos.

Autores:

Diego Carvalhar Belo

Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Vitor de Moraes Peixoto

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Associativismo na pesca artesanal: um estudo sobre a formação do capital social nas comunidades pesqueiras da Bacia de Campos.

Resumo:

A presente pesquisa é um estudo da organização social da pesca artesanal da Bacia de Campos e possui como objetivo central investigar o processo de formação do capital social nas comunidades pesqueiras de sete cidades da Bacia de Campos. O estudo trata das diferenças entre as comunidades pesqueiras em termos do capital social acumulado, buscando compreender os fatores que explicam estas diferenças, tendo em vista a homogeneidade institucional de todo território da Bacia de Campos. Para tanto, o projeto buscou verificar as formas de interação entre os pescadores, destacando o formato das redes sociais e associações existentes e o número de instituições associativas que cada pescador participa e mediu o capital social através de variáveis que expressam as relações interpessoais, tais como o nível de confiança dos pescadores entre si e com as instituições associativas e organizações sociais que eles participam. A metodologia utilizada neste trabalho consistiu na análise dos dados de capital social presente no questionário projetado pelo Projeto Pescarte e por dados de grupos focais realizados com pescadores das cidades da Bacia de Campos.

Introdução

Esta presente pesquisa é uma reflexão acerca da formação do Capital Social nas comunidades pesqueiras de sete cidades da Bacia de Campos: São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé e Quissamã. Deste modo, a pesquisa trata das diferenças entre as comunidades pesqueiras em termos do capital social acumulado, buscando compreender os fatores que explicam estas diferenças, tendo em vista a homogeneidade institucional de todo o território da Bacia de Campos. Para tanto, busca-se compreender o formato das redes sociais existentes no interior das comunidades pesqueira, as formas de cooperação e gestão das relações sociais, bem como a confiança interpessoal dos pescadores e destes com as instituições representativas da pesca, tais como as Colônias de pesca, para avaliar o grau de envolvimento dos pescadores com práticas associativas.

A área de estudo desta pesquisa é a Bacia de Campos, a mais importante área sedimentar explorada pela indústria petrolífera no Brasil. Sua extensão cobre uma área que vai da cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, até a cidade de Arraial do Cabo, litoral do estado do Rio de Janeiro, correspondendo acerca de 100 mil quilômetros quadrados. Desde a descoberta de imensa jazida de petróleo, na década de 70, as cidades da região experimentaram súbito crescimento econômico e urbano, produzindo significativas

mudanças na estrutural econômica e social da região. Todavia, o mais significativo impacto produzido pela economia do petróleo foi na arrecadação orçamentária de alguns dos municípios da região, como Campos dos Goytacazes, Macaé e Quissamã, o que permitiu a estes municípios figurarem no ranking das maiores receitas do país. Apesar do impacto positivo observado nas receitas orçamentárias dos municípios, o modelo de desenvolvimento da indústria do petróleo apresentou, desde cedo, um caráter seletivo, que contrapõe a demanda por emprego qualificado nas indústrias da cadeia petrolífera aos elevados índices de desemprego e subemprego que afetam a maioria da população, em sua maior parte formada por imigrantes, atraídos pelas oportunidades profissionais abertas em razão da industrialização da região. O impacto econômico da indústria do petróleo não foi, portanto, suficiente para modificar o quadro social que afeta a maior parte da população.

Além de provocar profundos impactos econômicos, sociais e urbanos, a indústria do petróleo vem interferindo de forma expressiva no modo de vida de populações tradicionais, notadamente, os pescadores artesanais. Depoimentos produzidos por pescadores em fóruns de discussão da pesca ou em diagnósticos construídos por programas de Educação Ambiental acusam a indústria petrolífera de apropriação do espaço marítimo para instalação de plataformas que criam áreas de exclusão da pesca, além de acidentes provocados por embarcações das empresas. Os conflitos entre a indústria do petróleo e os pescadores produzidos pela apropriação e controle do espaço marítimo está nas três fases que compõem a atividade petrolífera: sísmica; perfuração de poços; e produção, escoamento e desativação das estruturas submarinas. Na primeira fase, a atividade de sísmica impacta a pesca artesanal em razão da criação de zonas de exclusão da pesca, que restringe a atuação das embarcações de pesca. A ordem dos conflitos produzidos na segunda fase da exploração petrolífera, a perfuração de poços, corresponde à ameaça de sobrevivência dos pesqueiros naturais, porquanto, os poços são comumente perfurados nestas áreas, de modo mais recorrente em áreas de pesca de arrasto de fundo, como lamas de camarão. Por fim, na última fase da atividade petrolífera, produção, escoamento e desativação das estruturas submarinas, os conflitos são registrados quando estas estruturas são implantadas próximas aos recifes. Esta última fase é a mais grave das fases dos conflitos, pois ela gera conflitos permanentes com a pesca, em razão da instalação de áreas permanentes de exclusão de pesca ao redor das plataformas (PETROBRÁS, 2004).

Este quadro expõe a necessidade de mobilização e organização dos pescadores artesanais para enfrentamento do processo de precarização das condições de vida e trabalho aos quais

eles estão sujeitos. No entanto, a realidade social da pesca tem apresentado, no tocante ao associativismo, um quadro de fragilidades, que dificultam a adesão dos pescadores a práticas associativas. Tais fragilidades são decorrência da ausência de espaços reais de participação e decisão, apesar das inúmeras experiências associativas na pesca, testadas desde a redemocratização. Entretanto, este expressivo número de associações no âmbito da pesca não tem se decantado em um maior empoderamento da população de pescadores, em face do modo como as relações sociais são gestadas no âmbito destas entidades, onde é comum o estabelecimento de comportamentos políticos tradicionais expressos, por exemplo, no clientelismo.

Destarte, este artigo apresenta dados produzidos pelo Projeto Pescarte, que integra o Programa Plataforma de Cidadania, que foi concretizado a partir de um convênio celebrado entre a UENF e a Petrobrás. O Pescarte é um projeto de intervenção junto às comunidades de pescadores de sete municípios que estão inseridos na área de influência das atividades da empresa Petrobrás: São João da Barra, São Francisco do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Macaé, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Quissamã. O projeto tem como objetivo a mobilização e organização social dos sujeitos da ação educativa dos municípios estudados, fortalecendo a organização comunitária, com vistas à promoção de ações de geração de renda e trabalho (Plano de Trabalho Projeto Pescarte, 2013).

Fundamentação teórica do Capital Social

O conceito de Capital Social se desenvolveu nas ciências sociais a partir dos trabalhos de Bourdieu (1980) e Coleman (1988), que buscaram compreender o capital em suas formas culturais e sociais, extrapolando a sua dimensão econômica. Deste modo, o conceito de Capital Social, entendido por estes autores, busca compreender os aspectos ligados à inserção de indivíduos em grupos sociais e os ganhos advindos desta relação. Após as contribuições destes autores, Robert Putnam estendeu o termo colocando-o em um espaço central dentro das ciências sociais após o seu estudo sobre as comunidades cívicas na Itália, como fator de democratização e desempenho das instituições. Putnam (2000) realiza uma abordagem, definindo o Capital Social através de aspectos da organização comunitária, envolvendo redes, normas e laços de confiança que promovem a coordenação e cooperação para benefícios mútuos. Para o autor o Capital Social possibilita ampliar os benefícios de investimentos em outros capitais, como físico e humano.

O Capital Social se define para Bourdieu (1980) como “*o agregado dos recursos atuais e potenciais os quais estão conectados com a posse de uma rede durável, de relações de conhecimento e reconhecimento mais ou menos institucionalizadas*” (p.1). Em outras palavras, são as externalidades positivas provenientes da inserção do indivíduo em um grupo social, que passa a dispor de um capital coletivo, ou seja, capital em outras formas (cultural, financeiro, político) que são propriedade coletiva do grupo. Embora a existência de grupos sociais que dispõe benefícios aos indivíduos pressupõe a proximidade, tais relações não dependem diretamente de relações objetivas demarcadas em um espaço físico ou econômico e social, mas podem também envolver relações sociais instituídas a partir de redes sociais familiares, escolares, de vizinhança ou tribais. (BOURDIEU, 1980).

De acordo com Higgins (2005), capital social é uma fundamentação crítica ao reducionismo da teoria econômica, que considera apenas a existência do capital na sua forma econômica, reduzindo, deste modo, as relações sociais às trocas mercantis, onde os agentes econômicos procuram maximizar os seus interesses. Bourdieu constrói sua análise para demonstrar a existência de capitais que não estão constituídos na forma puramente econômica, propondo, deste modo, uma ciência que analisa o capital em todas as suas formas a partir das relações de poder, característico de cada forma. Daí a análise de Bourdieu se estende para o estudo de outras formas de capital, como o capital cultural e social (HIGGINS, 2005).

De forma complementar, Portes (2000) lembra que Bourdieu considerou o capital social como uma ponte para obtenção de outros capitais e que em última instância o capital social é convertido em capital econômico. Assim, o capital social não é um bem, mas são relações que o indivíduo mobiliza com o intuito de se beneficiar dos capitais coletivos disponibilizados por meio de um grupo. Em outras palavras, o capital social é conversível as outras formas de capital, não sendo o objetivo final, mas meio para obtenção de outros capitais. Deste modo, embora o capital social seja irreduzível ao capital econômico e cultural, ele não é independente de ambos, posto que as trocas geradoras do interrelacionamento pressupõem em última instância a busca de capital na sua forma econômica. Assim, Bourdieu une a perspectiva das diferentes manifestações do capital com a capacidade de conversibilidade de cada uma delas e a conversão final de todas elas em capital econômico.

Para Bourdieu (1980) o capital social é um fator gerador de desigualdades na medida em que a posse desigual de capitais econômicos ou culturais é produto da capacidade de

mobilização dos capitais disponíveis em um grupo. Deste modo, o capital social oferece vantagens a indivíduos melhor posicionados na escala social, por mobilizarem redes sociais mais densas.

Por outro lado, uma nova perspectiva do Capital Social foi construída a partir de Coleman (1998) e Putnam que colocam o capital social como aspecto da organização social, definido como normas e redes de compromissos cívicos, assumidos não mais no âmbito de grupos familiares ou tribais, como produto da sociabilidade primária, mas como compromissos assumidos no âmbito da sociedade e que são pré-requisitos para o desenvolvimento econômico. Coleman (1988) considerou o capital social como aspectos de estruturas sociais que facilitam inter-relacionamentos, organizados por leis e normas internas, para facilitar a obtenção de certos objetivos. Assim, o capital social possui um aspecto produtivo e deriva das relações entre os atores sociais, não sendo redutível ao indivíduo. Para Coleman (1988), diferente da perspectiva de Bourdieu (1980) o capital social se inscreve na abordagem da ação racional, que se contrapõe a tese da confiança como mecanismo causal das relações de capital social, presente originalmente no paradigma da dádiva de Marcel Mauss e que foi posteriormente desenvolvido por Bourdieu e outros autores já sob o manto do conceito de capital social.

A partir dos anos 90, o termo ganha preferência nos estudos direcionados pelos organismos internacionais (Banco Mundial, BID. Unesco) que tem como intuito definir estratégias para o desenvolvimento de regiões pobres do mundo. O capital social se assume como parte destas estratégias de desenvolvimento, a partir especialmente dos trabalhos de Putnam (2000) que investiga a formação de redes de compromisso cívico na Itália moderna e as diferenças em termos da densidade destas redes entre as regiões sul e norte¹. Assim Putnam (2000) estabelece o nexos causal entre capital social (participação cívica) e desenvolvimento econômico. Nesta perspectiva, o capital social é produto da autoconfiança do cidadão que gera a confiança na comunidade necessária para formação de redes de compromissos cívicos (responsabilidade social ou engajamento cívico). Este processo gera,

¹ Putnam (2000) demonstrou a relação da modernidade econômica e do desempenho institucional com a existência de uma comunidade cívica em regiões do norte da Itália. Esta comunidade cívica é caracterizada, segundo o autor, por um intenso engajamento cívico da população, onde as relações políticas se desenvolvem em um sentido horizontal, fundamentadas em regras de confiança e colaboração. A maior participação cívica dos cidadãos do norte do país promoveu um estoque mais amplo de capital social, fundamental, segundo Putnam (2000), para o desempenho econômico e institucional desta parte da Itália.

segundo Putnam (2000) um círculo virtuoso que tende a aumentar a confiança do cidadão na sociedade, fortalecendo as práticas associativas.

O estudo formulado por Putnam (2000) produziu diversas críticas dentro das ciências sociais. Fernandes (2002), por exemplo, aponta que Putnam produziu uma definição fluida e abrangente do conceito de Capital Social, tornando ele amplo e difuso, visto que a formação do Capital Social para Putnam se dá através de redes de confiança e solidariedade densas e complexas até redes de relações informais. Outras críticas apontam para um problema de circularidade lógica na formulação de Putnam sobre o capital social, entendido como propriedade da sociedade ou da comunidade, posto que na obra do autor o capital social aparece como causa e efeito simultaneamente: em determinado momento ele é tratado como causa do desenvolvimento econômico e da menor incidência criminal, em outros a sua inferência é feita a partir dos seus resultados (PORTES, 2000).

Por outro lado, Bourdieu também não está incólume às críticas. Alguns autores criticam seu viés marxista de luta de classes na abordagem do capital social, enquanto outros o criticam por conceber um caráter individualista ao termo, como uma capacidade do indivíduo de mobilizar os recursos de capital social pela posse dos grupos ou redes sociais. Na abordagem marxista, apresentada por Bourdieu, a mobilização dos recursos de capital social ocorre no interior da luta de classes, apropriado como capital simbólico, que ao se inserir em determinadas redes ou grupos sociais produz uma diferenciação de classe. À diferença de Marx, Bourdieu considera que o conflito de classe se dá também na disputa pelo capital simbólico, não somente econômico. Na verdade, a posse do capital econômico ou cultural mobilizado pelos recursos de capital social, ligados à posse das redes sociais, se transforma em capital simbólico, porque concede prestígio e status sociais.

Análise dos dados dos Grupos Focais

Nesta primeira seção de apresentação dos resultados da pesquisa será exposta a análise dos dados coletados através dos grupos focais realizados pelo Projeto Pescarte nas sete cidades que conformam o projeto. Os grupos focais foram realizados com quatro categorias diferentes: pescadores artesanais; mulheres, esposas de pescadores e pescadoras; jovens, filhos de pescadores; e grupo misto, reunindo as três categorias

anteriores. Os grupos focais foram realizados em novembro de 2014², no final de março e durante o mês de abril de 2015. A condução dos grupos foi feita pela equipe de pesquisadores do projeto e um roteiro único de perguntas foi elaborado a fim de que a condução dos grupos focais tivesse uma formatação única, que unificasse a linguagem e a técnica de dinâmicas de grupo, para que os dados posteriormente pudessem ser comparados por municípios, embora o objetivo do Pescarte tenha sido de realizar uma comparação dos dados dos grupos focais com o Diagnóstico PEA-BC (Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos), conduzido pela Petrobrás com intuito de revelar o panorama socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da população que são afetados pela atividade da indústria do Petróleo na Bacia de Campos. Deste modo, o roteiro de perguntas do Grupo Focal foi construído em três eixos principais (renda/mercado; organização social; expectativa em relação aos projetos de mitigação ambiental) com intuito de comparar os dados do grupo focal com o os do relatório do PEA-BC.

Todavia, para execução dos objetivos da presente pesquisa, os dados dos grupos focais foram analisados de modo a comparar a realidade dos pescadores artesanais das setes cidades onde ele foi realizado, tendo sido utilizado apenas as informações dos grupos focais de pescadores artesanais e os dados referentes ao eixo temático de organização social, que responde as questões de pesquisa tratadas neste trabalho. As questões tratadas no eixo de organização social versaram sobre a confiança dos pescadores nas suas entidades representativas e a confiança interpessoal, expressa pelos laços de solidariedade existentes nas comunidades pesqueiras.

Os grupos focais conduzidos com os pescadores artesanais revelaram um cenário de fragilidades na organização social dos pescadores, produto da baixa adesão a práticas associativas, corroborando com o que está sendo apontado por inúmeros estudos no país ((POTIGUAR JUNIOR, 2008; LEITÃO; MANESCCHY, 1996). Isto tem se refletido na ausência de compromissos comuns entre os pescadores e de um compromisso, por parte das lideranças, com a representação dos interesses de classe. Ademais, tem se refletido na baixa preocupação dos pescadores com as relações sociais desenvolvidas no processo de gestão das organizações representativas.

² O primeiro grupo focal foi realizado nesta data, em Quissamã. Naquela ocasião o grupo focal de jovens e o misto não ocorreram pela ausência de um quórum mínimo de participantes.

A primeira dimensão do Capital Social analisada nos grupos focais foi à confiança nas instituições representativas da pesca, notadamente, as Colônias de Pesca. As respostas oferecidas pelos pescadores acerca do desempenho político das Colônias de Pesca revelaram um baixo grau de confiança nesta instituição. Para o grupo de pescadores presentes nos grupos focais de Campos dos Goytacazes, Macaé e São João da Barra, as Colônias estão esvaziadas de seu poder representativo e reduzidas a uma função burocrática. Nos relatos dos grupos focais, as Colônias funcionam apenas como órgão burocrático. Em algumas falas, fica nítida a percepção da presença, nestes órgãos, de um comportamento político expresso nas práticas clientelistas, como pode ser evidenciado pelos seguintes depoimentos:

Tabela 1 - Percepção dos pescadores acerca do trabalho desenvolvido pelas Colônias

“A Colônia disponibiliza tratamento dentário e médicos e a Associação Mista de Pescadores com material de pesca.” (Antonio Carlos, pescador de Macaé)

“A Colônia está no mesmo sistema de ajuda. O presidente dá autorização para ver se tem alguém acamado.” (Hermínio, pescador de Macaé)

“a colônia dos pescadores funciona como uma ‘espécie de INSS’ (José Hugo, pescador de Campos)

“A Colônia só ajuda no tempo de eleição.” (Renato, pescador de Macaé)

Fonte: Censo PEA-Pescarte

Em São Francisco do Itabapoana as informações do grupo focal revelaram a baixa confiança dos pescadores na Colônia, expressa por uma quebra na expectativa de reciprocidade, em função da percepção da ausência de contrapartida da Colônia às contribuições financeiras feitas pelos pescadores. A quebra da confiança nestes órgãos pode gerar um ambiente de instabilidade que se expressa em conflitos e falta de legitimidade dos órgãos representativos. Entretanto, em São Francisco a principal consequência deste fato foi a busca de canais alternativos de participação como é o caso de redes informais de colaboração, denominada pelos pescadores deste município como “união de amigos”, que compensam o esvaziamento da representatividade dos canais formais, como a Colônia. Por outro lado, no caso específico do município de Quissamã não foi possível captar a opinião dos pescadores acerca do trabalho da Colônia, por não ter sido envolvida nos debates referentes à organização social dos pescadores.

Por sua vez, o município de Arraial do Cabo é o caso mais crítico de esgarçamento das relações entre pescadores e Colônia, denotando a perda total da representatividade da Colônia frente a comunidade pesqueira. O debate apresentado no grupo focal desta cidade revelou um conflito de natureza litigiosa entre pescadores e Colônia, que envolve fraudes eleitorais em eleições, ameaças de morte e processos perpetrados na justiça por grupos de pescadores de oposição à administração da entidade. Ademais, outro fator que merece atenção é o alto número de associações ligadas à pesca em Arraial do Cabo (dezesesseis associações mais uma colônia), demonstrando, como também afirma Baquero (2003), que a expressão numérica de instituições associativas não é um fator de fortalecimento da sociedade civil capaz de produzir um reordenamento da cultura política, visto que muitas associações acabam por reproduzir as práticas tradicionais da política brasileira, tais como o clientelismo.

O único caso divergente do quadro até agora apresentado é o município de Cabo Frio onde se projeta um maior envolvimento dos pescadores com as ações promovidas pela Colônia em razão da confiança que os pescadores deste município estão depositando na gestão atual: *“o novo grupo responsável pela colônia de Cabo Frio está melhorando a situação dos pescadores, e as pessoas estão voltando a acreditar na colônia”* (Marcio, pescador de Cabo Frio). Assim, a maior transparência na gestão da Colônia pode reestabelecer os vínculos representativos entre ela e a comunidade de pescadores e promover espaços de decisão democrática. A confiança nas instituições e organizações representativas depende da confiança interpessoal, para gerar compromissos cívicos, que fortalecem as organizações representativas. Neste sentido, um outro indicador de capital social averiguado nos Grupos Focais foi a confiança interpessoal dos pescadores, que se demonstrou frágil entre os pescadores de Quissamã, Campos dos Goytacazes, Cabo Frio, Arraial do Cabo e parte do grupo de São João da Barra, revelando uma baixa disposição para colaboração dos pescadores em redes de ajuda mútua, como é demonstrado na tabela 2:

Tabela 2 - Grau de confiança interpessoal dos pescadores

<p><i>“o pescador vive cada um por si, não conversam”.</i> (Grupo focal Campos dos Goytacazes)</p>
<p><i>“quando há reuniões de pescadores poucos comparecem.”;</i> (Luis, pescador de Cabo Frio)</p>
<p><i>“os pescadores não conseguem atingir seus objetivos pois não há união entre eles.”</i> (Luis, pescador de Cabo Frio)</p>
<p><i>“os pescadores não conseguem atingir seus objetivos pois não há união entre eles.”</i> (Luis, pescador de Cabo Frio)</p>
<p><i>“Falta união entre os pescadores fazem com que a situação não melhore, vários problemas poderiam ser sanados havendo mais união.”</i> (Lenilson, pescador de São João da Barra)</p>
<p><i>“os pescadores nessa parte são desunidos e que apenas a união poderia melhorar as condições de trabalho dos pescadores”</i> (Bernardo, pescador de Arraial do Cabo)</p>
<p><i>“não há confiança”, “ninguém se ajuda”, “os pescadores não têm paciência e querem o dinheiro logo”.</i> (Pescadores de Quissamã, Romildo, Vitor e Claudio)</p>

Fonte: Censo PEA-Pescarte

Por outro lado, os grupos focais de São Francisco do Itabapoana, Macaé e a maior parte dos pescadores de São João da Barra revelaram a existência de redes informais de ajuda mútua que sustentam os pescadores na solução de questões práticas, como é o caso da rede “união de amigos” em São Francisco de Itabapoana. Neste sentido, o capital social verificado nestas comunidades está expresso em compromissos assumidos no âmbito da sociabilidade primária, através de redes familiares, de vizinhança e de amizade, entretanto é frágil na expressão dos compromissos comunitários, que correspondem a relações sociais mais amplas, o que é evidenciado pela baixa disposição dos pescadores, em todos os municípios onde o grupo focal foi realizado, em participar das práticas associativas das ações da Colônia.

Censo Pescarte: Capital Social e confiança nas instituições

Os dados apresentados nesta seção foram gerados por meio de um questionário projetado pelo Projeto Pescarte para analisar as múltiplas dimensões da pesca artesanal nestas sete cidades. Utilizou-se para esta pesquisa os dados do questionário referentes ao bloco de capital social e laços fracos. Através das variáveis deste bloco, a pesquisa buscou verificar o acúmulo de capital social nas comunidades pesqueiras, por meio da

análise de dados referentes à organização social, tais como o grau de envolvimento comunitário e a participação política dos pescadores nas instituições associativas e em eventos culturais e os níveis de confiança dos pescadores entre si e nas instituições representativas da pesca. Para analisar o grau de confiança nas instituições foi utilizada uma escala de 0 a 10, onde 0 é “nada confiável” e 10 é “muito confiável”. Na tabela abaixo estão apresentados os dados referentes ao nível de confiança dos pescadores na Colônia de Pesca, entre os sete municípios estudados pelo projeto.

Tabela 3 – Grau de confiança na Colônia				
Município do estudo	N	Média	Moda	Desvio Padrão
Bacia de Campos	2995	7,0	10	3,2
Campos dos Goytacazes	45	7,6	10	3,0
Macaé	28	7,2	10	3,0
São Francisco do Itabapoana	93	7,0	10	2,9
São João da Barra	41	6,8	10	3,2
Arraial do Cabo	34	4,2	0	3,5
Cabo Frio	42	8,1	10	2,6
Quissamã	13	8,1	10	2,8

Fonte: Censo PEA-Pescarte

Como é possível notar pela análise da tabela, há um contraste entre estes dados e os obtidos pelos grupos focais. Enquanto que nos grupos focais foram registrados padrões de respostas que apontam para uma baixa confiança na Colônia, nos dados do questionário o grau de confiança na Colônia é alto, em torno de 7, em quase todos os municípios do estudo, com a única exceção do município de Arraial do Cabo, onde o grau de confiança na Colônia ficou abaixo de 5. No caso do município de Arraial do Cabo, os dados do questionário corroboram com os depoimentos colhidos no grupo focal daquele município, que apontam para a perda da legitimidade desta instituição. A falta de legitimidade da Colônia é produto da quebra da expectativa de reciprocidade entre os pescadores e a entidade, o que gera um ambiente de desconfiança e instabilidade. Deste modo, vale lembrar, que a confiança é uma expectativa de reciprocidade, ou seja, a confiança depende da disposição de todos em cooperar, assim, onde os agentes não estão dispostos a cooperar, o mais racional é não confiar, porque sem a confiança não haverá credibilidade nas promessas feitas pelos atores.

Os dados revelados pela escala de confiança acerca do grau de aceitação da Colônia por parte dos pescadores são corroborados com os dados das tabelas abaixo (tabela 4 e 5), que evidenciam um alto grau de confiança nos trabalhos executados por esta entidade na maioria dos municípios estudados. Na tabela 4 foi perguntado aos pescadores a forma de condução da Colônia, para verificar a sua percepção acerca do desempenho institucional desta entidade. Na maioria dos municípios, foi verificado um alto grau de aceitação da forma como a Colônia vem sendo conduzida, ou seja, os pescadores afirmam, em sua maioria, que a Colônia é conduzida em benefício de todos. Em São Francisco do Itabapoana e São João da Barra a percepção de que a Colônia é conduzida em benefício de todos é menor, se comparado com outros municípios, entretanto, ainda é percebida pela maioria entrevistada. Somente no município de Arraial do Cabo, onde os dados divergem com os demais municípios, a percepção de que a Colônia é conduzida em benefício de todos é menor que 50% e mais baixa que a percepção de que a Colônia é conduzida em benefício de um número reduzido de pescadores. As razões para este fato se encontram no que já foi apontado pelo grupo focal deste município.

Tabela 4 – Forma de condução da colônia de Pesca, por municípios				
Cidades	Em benefício do(da) Sr.(Sra.)	Em benefício do presidente da Colônia	Em benefício de um grupo reduzido de pescadores	Em benefício de todos os pescadores
Campos dos Goytacazes	0,2%	6,2%	16,3%	76,8%
Macaé	0,4%	13,8%	15,6%	70,2%
Arraial do Cabo	0,3%	27,8%	39,2	32,6%
Cabo Frio	0,7	4,4%	12,2%	82,7%
Quissamã	0,7%	2,9%	17,6%	78,7%
São Francisco do Itabapoana	0,3%	12,1%	24,4%	63,2%
São João da Barra	1,7%	15,9%	23%	59,3%

Fonte: Censo PEA-Pescarte

Em seguida, na tabela 5, foi verificado o grau de participação dos pescadores nas atividades da Colônia para se averiguar o tipo de relação entre os membros desta entidade.

Tabela 5 – Forma de participação na Colônia de Pesca, por municípios

Cidades	Participo diretamente das decisões	Participo apenas como ouvinte	Não participa	Outras maneiras
Campos dos Goytacazes	7,8%	40,5%	50,8%	0,9%
Macaé	6,3%	57%	35,6%	1,1%
Arraial do Cabo	8,5%	23,1%	67,8%	0,6%
Cabo Frio	20%	38%	41,2%	0,9%
Quissamã	27%	48,2%	24,8%	0
São Francisco do Itabapoana	0	41,6%	51,4%	7%
São João da Barra	0	35,1%	59%	5,9%

Fonte: Censo PEA-Pescarte

Assim, apesar do alto grau de confiança dos pescadores na Colônia, a forma predominante de participação é a como ouvinte, evidenciando que há uma relação marcada por verticalismos entre líderes e associados. Neste sentido, os dados comprovam a tese de que as Colônias não são espaços democráticos de participação, que promovam a inclusão dos pescadores nos processos decisórios. Assim, a confiança não está relacionada necessariamente a disposição para participação, não sendo um elemento, como considera Putnam (2000), de fortalecimento das práticas associativas, gerando uma cultura da participação. Autores como Putnam consideram que a confiança esteja ligada a características socioculturais da sociedade, aprendidas no processo de socialização. Este autor considera que a confiança é resultado da densidade das redes horizontais existentes na sociedade civil, estabelecidas pela reciprocidade dos agentes e por normas que facilitam a cooperação. Da mesma forma, Moisés (2005) argumenta que valores sociais, tais como republicanismo cívico e solidariedade social, são a base que determinam o ato de confiar, mesmo que os agentes não tenham a sua disposição informações ou outros mecanismos sobre o comportamento do outro.

Moises (2005) destaca ainda as diferenças entre a confiança nas instituições e a confiança interpessoal. A confiança interpessoal está inscrita nas relações de sociabilidade primária; relaciona-se aos compromissos assumidos com as redes sociais e as estruturas familiares. Já a confiança nas instituições é um produto da confiança generalizada, ou seja, uma capacidade de confiar nos outros em geral, independente dos vínculos familiares ou de amizade. A confiança nas instituições está baseada, como

explica Moisés (2005), na identificação com os princípios éticos e normativos que constituem a instituição e geram compromissos morais com a associação ou com a comunidade política e que são canalizados para a geração de ações coletivas eficazes. Neste sentido, a confiança depositada pelos pescadores às Colônias de Pesca não geram compromissos morais capazes de facilitar ações comuns, que podem gerar virtude cívica e reforço das práticas democráticas. A existência de associações formais ligadas à pesca na Bacia de Campos não é, portanto, um fator capaz de gerar cooperação e reciprocidade.

A confiança depositada nas Colônias remete a atuação dos seus líderes. Portanto, o desempenho dos líderes tende a reforçar os vínculos representativos com sua base social e aumentar a confiança na instituição. Mas esta confiança não gera um compromisso participativo no caso dos pescadores artesanais da Bacia de Campos, isto porque a confiança se traduz na aceitação do líder, como figura capaz de intermediar, no interior das Colônias, a relação entre os indivíduos e o sistema político. A confiança é produto do que Lavallo, Houtzager, Castello, (2006) consideram ser um *compromisso representativo genuíno* que vincula representantes e representados. Na medida em que existe este compromisso representativo, a prática mais recorrente é a de delegar poder e confiar nos mecanismos da democracia representativa.

Neste sentido, os estudos de Cruz (1988) ajudam a esclarecer esta questão ao debater as possibilidades que o associativismo possui na construção de práticas democráticas. Para a autora, os fatores que influenciam a cooperação, a reciprocidade e a confiança entre os membros de uma associação são a estrutura organizacional interna destas associações e, sobretudo, o tipo de relação estabelecida entre as lideranças e os membros. Da mesma forma, a autora afirma que a definição de Capital Social que vincula confiança, associação voluntária e eficiência não é possível de ser generalizada para todos os contextos, mas apenas aplicável ao contexto em que ela foi formulada. Cruz (2010) faz referência à definição de Capital Social de Putnam, argumentando que esta relação foi construída para explicar o contexto do associativismo em regiões da Itália moderna. No caso do associativismo da pesca na Bacia de Campos não foi possível observar tal vinculação, que transforme a dimensão subjetiva do capital social (confiança) em ações concretas de cooperação.

Portanto, a dimensão subjetiva do Capital Social (confiança e reciprocidade) não explica a existência de associações e organizações formais ou informais na pesca

artesanal na Bacia de Campos. Os dados dos Grupos Focais revelaram que a existência de um expressivo número de associações e o alto grau de organização das Colônias não contribui para práticas mais democráticas no interior destas organizações. Grande número de associações, como verificado em Arraial do Cabo - onde os conflitos envolvendo pescadores, Colônia e associações são mais evidentes - expressa a existência de múltiplos interesses políticos que orbitavam inicialmente em torno da Colônia, mas com as cisões provocadas pelos conflitos político originaram novas instituições, como as Associações de Pescadores, sem que isso tenha se traduzido em maior participação dos pescadores. Assim, fica patente que a força numérica do associativismo não se traduz em melhoria nas relações sociais e maior confiança mútua entre os pescadores. Longe de significar maior cooperação social, o expressivo número de associações, como observado em Arraial do Cabo, é produto da fragmentação política e da falta de articulação por parte dos líderes das instituições, no sentido de envolver toda comunidade nos assuntos geridos por estas instituições.

Deste modo, as teses levantadas por Putnam em seu extenso trabalho na Itália moderna não são passíveis de serem utilizadas para analisar a realidade dos pescadores artesanais da Bacia de Campos, no que concerne ao associativismo. Isto porque, a expressão numérica do associativismo na pesca não gera ações recíprocas baseadas na confiança.

Capital Social como expressão da confiança interpessoal

A participação dos indivíduos em instituições associativas e em práticas comunitárias depende da densidade das relações sociais estabelecidas pelos indivíduos e dos níveis de confiança nestas instituições e no nível interpessoal. Em sociedades ou grupos sociais onde a cultura da participação é mais enraizada, as pessoas enfrentam menos obstáculos quando precisam se unir para atingir um objetivo comum. Assim sendo, a união e a cooperação pressupõem a existência de redes sociais baseadas na confiança mútua entre os agentes. Portanto, uma das variáveis que nos ajudam a entender as motivações dos agentes sociais em se engajar em ações colaborativas é a confiança interpessoal, que no questionário Pescarte foi capturado pelo teste sociométrico. A sociometria ou teste sociométrico é uma ferramenta analítica capaz de medir as relações interpessoais em geral e as relações em situação de escolha particular, refletindo a confiança dos agentes

sociais nos demais indivíduos. Assim, pode-se verificar as redes sociais estabelecidas pelos indivíduos, sua densidade e extensão, por meio de perguntas que pedem para que o indivíduo indique em situação de escolha particular a pessoa, ou as pessoas, que ele mais confia. No teste sociométrico realizado pelo Projeto Pescarte foram apresentadas quatro situações de escolha pessoal, a primeira pedia aos pescadores que indicassem até cinco pessoas de sua maior confiança, a segunda pedia que fosse indicado, em ordem de importância, até cinco nomes de pessoas mais confiáveis para trazer algum tipo de benefício para a comunidade, a terceira apresentava como situação de escolha pessoal a indicação de até duas pessoas, em ordem de importância, para acompanhar o grupo de pesca no barco e a quarta situação pedia para que fosse indicado, em ordem de importância, em uma situação de problema grave na comunidade, até duas pessoas de maior confiança para resolver o problema.

Para averiguar o tamanho das redes sociais geradas por laços de confiança e a capacidade de interação dos indivíduos fora dos laços familiares, a primeira situação do teste sociométrico visou verificar as pessoas que são de maior confiança dos pescadores, pedindo-lhes que indicassem até cinco nomes de pessoas de sua maior confiança na comunidade. Os dados agregados para os setes municípios da Bacia de Campos indicam que um percentual de 58,5% dos pescadores não indicaram ninguém, revelando que há baixa interação social entre os indivíduos. Quando desagregados os dados, o percentual de pescadores que não indicaram ninguém em cada município em particular, com exceção de Cabo Frio e São João da Barra, é maior que o percentual do agregado dos municípios. Nestes municípios, o percentual de pescadores que não indicaram ninguém de sua confiança é acima de 60% dos pescadores. Já nos municípios de Cabo Frio e São João da Barra, o percentual de pescadores que não indicaram ninguém foi mais baixo que nos dados agregados, revelando que nestes municípios os pescadores possuem uma maior capacidade de interação com outros indivíduos e, portanto, maior capacidade de formação de redes sociais para além dos laços familiares, ainda que o percentual de abstinência de indicações tenha sido mais alto que as demais categorias.

Tabela 6: A pessoa que você mais confia na comunidade

	Bacia de Campos	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã
Não indicaram ninguém	58,5%	68,6%	61,9%	63,4%	46,6%	61,1%	44,7%	59,3%
Indicaram 1 pessoa	22,5%	15,0%	20,9%	23,9%	21,4%	23,5%	31,9%	11,3%
Indicaram 2 pessoas	11,3%	10,6%	10,3%	7,7%	15,2%	9,7%	16,8%	12%
Indicaram 3 pessoas	5,3%	4,9%	5,3%	4,0%	7,9%	3,6%	4,6%	15,3%
Indicaram 4 pessoas	1,2%	0,5%	1,0%	0,9%	3,1%	0,8%	1,3%	1,3%
Indicaram 5 pessoas	1,2%	0,3%	0,7%	0	5,8%	1,3%	0,7%	0,7%

Fonte: Censo PEA-Pescarte

Na segunda situação apresentada pelo teste sociométrico, realizado para verificar a dimensão das redes sociais existentes nas comunidades pesqueiras da Bacia de Campos, foi pedido aos pescadores que indicassem até cinco pessoas de sua maior confiança que poderiam trazer algum tipo de benefício para a comunidade. O percentual de pescadores que não indicaram ninguém para o agregado dos setes municípios foi de 80,3%. Por outro lado, quando desagregados os dados por município, verificou-se que não há grande variação com relação aos dados agregados dos sete municípios. Em todos os municípios o percentual daqueles que não indicaram ninguém foi acima de 65%, revelando baixa confiança interpessoal pela incapacidade dos pescadores de apontarem um nome na comunidade que gere confiança para o grupo. O município onde é maior o percentual de pescadores que não indicaram ninguém de sua confiança para trazer algum benefício à comunidade é o de Campos dos Goytacazes, onde 87,9% dos pescadores não foram capazes de indicar nomes de outros pescadores de sua maior confiança. Por outro lado, o município onde houve maior número de indicações foi Macaé, ainda que o percentual de pescadores que não indicaram ninguém seja alto (67,5%), como nos demais municípios.

TABELA 7: PESSOA QUE VOCÊ MAIS CONFIA PARA TRAZER ALGUM BENEFÍCIO À COMUNIDADE

	Bacia de Campos	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã
NÃO INDICARAM NINGUÉM	80,3%	87,9%	67,5%	84,4%	73,6%	77,5%	79,6%	80%
INDICARAM 1 PESSOA	15,4%	10,2%	25,5%	12,9%	18,7%	16,6%	17,0%	12,7%
INDICARAM 2 PESSOAS	3,8%	1,9%	6,0%	2,6%	6,7%	4,9%	3,3%	4,7%
INDICARAM 3 PESSOAS	0,4%	0	1,0%	0	0,6%	0,8%	0,2%	2,0%
INDICARAM 4 PESSOAS	0	0	0	0	0,2%	0	0	0
INDICARAM 5 PESSOAS	0,1%	0	0	0	0,2%	0,3%	0	0,7%

Fonte: Censo PEA-Pescarte

Em uma nova situação exposta pelo teste sociométrico, verificou-se a capacidade de formação de redes sociais para além dos laços familiares ao pedir aos pescadores que indicassem até duas pessoas de sua maior confiança, em ordem de importância, para acompanhar o seu grupo de pesca, em caso do seu barco precisar de um novo tripulante. Como verificado nas outras situações do teste, os percentuais dos dados agregados para os sete municípios revelaram um alto índice de ausência de indicações (75,9%) e baixa variação destes dados com os dados desagregados por cada município. O município de Campos dos Goytacazes é, novamente, o município com maior percentual de pescadores que não indicaram ninguém no teste (87,5%), por outro lado, Arraial do Cabo é o município com o menor percentual de ausência de indicações (61,6%) e o município com maior indicações de dois pescadores (21,5%) - o número máximo de indicações solicitada pelo teste sociométrico nesta situação.

TABELA 8: PESSOA QUE VOCÊ MAIS CONFIA PARA ACOMPANHAR O SEU GRUPO DE PESCA NO SEU BARCO

	Bacia de Campos	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã
NÃO INDICARAM NINGUÉM	75,9%	87,5%	73,8%	80,5%	64,4%	61,6%	73,9%	84%
INDICARAM 1 PESSOA	13,7%	6,8%	17,5%	13,2%	17,7%	16,9%	15,3%	9,3%
INDICARAM 2 PESSOAS	10,4%	5,6%	8,6%	6,2%	17,9%	21,5%	10,8%	6,7%

Fonte: Censo PEA-Pescarte

A última situação apresentada no teste sociométrico verificou o nível das relações interpessoais pela constituição de redes sociais em torno de uma situação problema na comunidade. Assim, foi pedido aos pescadores que indicassem até duas pessoas que eles considerassem mais confiáveis, em ordem de importância, para solucionar um problema grave na comunidade. Nesta situação, o percentual de abstinência de resposta é maior que nas situações anteriores, tanto nos dados agregados para os sete municípios quanto nos dados desagregados. Nos dados agregados, 89,8% dos pescadores não indicaram ninguém de sua confiança para resolver um problema grave na comunidade. Quando verificado os dados desagregados, desta vez, o município que apresentou o maior percentual de abstinência de respostas foi São Francisco do Itabapoana (95,4%). Em todos os municípios estudados, o percentual de pescadores que não indicaram ninguém foi acima de 80%, percentual alto quando se considera que uma situação de problema grave na comunidade exige quase sempre a colaboração das redes sociais. Deste modo, os dados demonstram que os pescadores não utilizam o mecanismo das redes sociais para solução dos problemas que afetam a comunidade, buscando soluções individuais para problemas que são de ordem coletiva.

TABELA 9: PESSOA QUE VOCÊ MAIS CONFIA PARA RESOLVER UM PROBLEMA NA COMUNIDADE

	Bacia de Campos	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã
NÃO INDICARAM NINGUÉM	89,8%	94,7%	80,5%	95,4%	84,4%	90,3%	83,4%	91,3%
INDICARAM 1 PESSOA	8,8%	4,9%	16,9%	4,1%	12,7%	7,2%	15,3%	7,3%
INDICARAM 2 PESSOAS	1,4%	0,3%	2,6%	0,5%	2,9%	2,6%	1,3%	1,3%

Fonte: Censo PEA-Pescarte

Os altos percentuais de abstinência de respostas nas quatro situações do teste sociométrico revelam dificuldades na capacidade de formação de redes sociais, pelo baixo nível de interação grupal e comunicação interpessoal, fator que restringe o desenvolvimento de atividades coletivas voltadas principalmente para defesa dos interesses de classe nos conflitos com outras forças sociais, como as empresas de petróleo pelo uso e apropriação dos territórios marítimos.

Esta evidência empírica remete a ideia de comunidade, que comumente é relacionada com a união e confiança mútua. Contudo, no caso da pesca, a bibliografia que trata da

dinâmica social das populações pesqueiras retrata ocorrência de conflitos no uso e apropriação dos espaços de pesca por diferentes usuários e problemas de relacionamentos entre pescadores por conflitos relacionados ao controle e acesso aos recursos, formas de manejo e controle da pesca (SOBREIRO; FEDERAL, 2008; POTIGUAR JUNIOR, 2008; SANTOS, 2007), que dificultam a constituição de uma identidade grupal.

Na Bacia de Campos percebe-se ainda uma outra dimensão do conflito, que está expresso na classificação social que os pescadores realizam do “*ser pescador artesanal*”, que na fala de muitos pescadores reflete as diferenças socioeconômicas existentes no interior das próprias comunidades pesqueiras. Assim, a narrativa do que é ser pescador artesanal revela a oposição entre os pescadores mais pobres, geralmente de águas interiores (lagoas e rios) e os pescadores de alto-mar, que possuem maiores rendimentos e instrumentos de trabalho mais sofisticados. É comum ouvir dos primeiros que os pescadores de alto-mar não se enquadram na categoria de pescadores artesanais, por possuírem instrumentos de trabalho mais sofisticados, como os barcos traineiras e equipamentos eletrônicos como sonda, GPS e rádio. Assim, há uma identidade de pescador artesanal construída entre grupos de pescadores que passa pela diferença nas condições materiais de pesca. Como argumenta Woodward (2003), a identidade é construída em um processo de diferenciação que é demarcado ou pela negação (exclusão do diferente) ou pela afirmação (valorização da diversidade). A demarcação da diferença pela negação ocorre pela exclusão ou marginalização do “outro”, do diferente, do “não integrado” ou “forasteiro”, enquanto que a demarcação da diferença pela afirmação se desenvolve por uma política de valorização da diversidade, da heterogeneidade e do hibridismo. No caso das comunidades pesqueiras da Bacia de Campos, a auto-imagem de pescador artesanal é construída por determinados grupos por meio da exclusão do outro, que é deslegitimado da condição de ser pescadores artesanais.

Os conflitos por vezes podem levar a atitudes de isolamento e competição por recursos que são escassos, enfraquecendo, deste modo, o sentimento comunitário e provocando a desorganização dos pescadores enquanto categoria. Por este motivo, foi comum ouvir dos pescadores, nos grupos focais, que eles não são uma classe unida ou que falta, por parte de todos, motivação para engajamento em atividades colaborativas. Tais observações corroboram com os postulados teóricos de Pedro Demo (2001) que considera que a cultura é um fator determinante da formação de uma identidade

comunitária. Segundo o autor, um grupo social precisa possuir lastro cultural próprio que o identifique para se sentir uma comunidade, pois que “este lastro cultural próprio cristaliza a história da comunidade, os valores e símbolos culturais, os modos de ser e de fazer, bem como os modos de produzir” (DEMO, 1998, p. 55).

Por outro lado, os altos percentuais de ausência de respostas nas situações do teste sociométrico pode não ser representativos da realidade total da interação social dos pescadores, se considerarmos a atuação das redes familiares, apoiando os pescadores nos problemas da vida diária, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 10: A quem o pescador recorre quando não consegue crédito no comércio local

	Bacia de Campos	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã
Outras fontes	0,2%	0,3%	0,5%	0	0	0	0,5%	
Atravessador	6,6%	3,3%	16,5%	8,1%	1,5%	6,8%	9%	2,4%
Pessoas com quem pesca	4,8%	3,9%	17%	3,6%	5,4%	0,4%	4,5%	1,2%
Amigos	13,5%	8,4%	13,3%	10,9%	10,6%	15,8%	12,9%	20,5%
Vizinhos	1,5%	2,1%	0	2%	2,4%	0	1%	1,2%
Família	42,2%	46,7%	19,7%	48,3%	54,4%	30,2%	40,8%	30,1%
Instituições Financeiras de Empréstimo (BMG, BCN)	3,6%	2,4%	5,9%	2%	2,1%	8,7%	3,5%	3,6%
Agiota	0,4%	0,3%	1,1%	0,2%	0	0,8%	0,5%	0
Deus	0,1%	0,6%	0,5%	0	0	0	0,5%	0
Colônia	0,1%	16,9%	0	0	0	0	0	0
Comércio local	0,6%	0,6%	3,2%	0,2%	0,3%	0,4%	1%	0
Frigorífico e Fabrica de Gelo	0,5%	12%	1,1%	0,8%	0,9%	0	0,5%	0
Nunca precisou de crédito no comércio local	13,7%	2,4%	11,7%	12,3%	4,5%	27,9%	5%	26,5%
Fazem as compras assim mesmo	0,8%	0,3%	0,7%	0,8%	0,9%	0,8%	0	2,4%
Não respondeu	9,7%	3,3%	5,3%	7,7%	7,3%	7,9%	19,9%	12%
Não sabe	1,8%	3,9%	3,2%	3,2%	0,6%	0,4%	0,5%	0

Fonte: Censo PEA-Pescarte

A tabela 10 revela que para situações problemas, como a busca de alternativas à falta de crédito no mercado, a família é a instituição que os pescadores mais confiam, quando comparado a outras categorias de grupos sociais, como “vizinhos”, “pessoas com quem pesca” e “amigos”. De todos os padrões de respostas identificados, a categoria “família” apresenta os maiores percentuais entre os municípios da Bacia de Campos. Assim, nos

dados agregados para os sete municípios da Bacia de Campos, 42,2% dos pescadores afirmaram recorrer à família quando não obtém crédito no mercado local, enquanto que 13,5% dos pescadores recorrem aos amigos para solução deste problema. Os dados desagregados por cada município revelam o mesmo padrão de respostas, a família é a instituição de maior confiança para os pescadores, quando estes não possuem crédito no mercado local. Dos municípios estudados, São João da Barra é o município onde há maior número de pescadores que recorrem à família nessa situação (54,4%), enquanto que Macaé é o município onde há o menor percentual de pescadores que confiam na família para solução de problemas deste tipo, 19,7% do total de respondentes. Neste município é relativamente maior o número de pescadores que recorrem aos companheiros de embarcação, quando comparado com os outros municípios, revelando uma diversidade maior de redes sociais neste município. A partir destes dados é possível inferir que o sentimento de pertencimento, que forma uma identidade e unidade de grupo, está diretamente vinculado aos laços familiares e em menor proporção, aos laços de amizade, que se constituem em um elemento de solidariedade para uma parcela menor dos pescadores.

Considerações finais

Os dados preliminares disponibilizados pelos grupos focais de pescadores artesanais nas cidades da Bacia de Campos apontam para a ausência de uma cultura da participação entre os pescadores, em que pese a existência de instituições formais de representação, como Colônias e associações de pesca. Ademais, a expressão numérica de associações formais não é um fator de fortificação destas instituições e da cultura de participação, pela ausência de espaços democráticos de decisão coletiva no interior destas instituições.

Deste modo, os dados dos grupos focais evidenciaram que estas instituições representativas sofrem de um distanciamento em relação à comunidade. Entretanto, a forte desconfiança entre os membros das comunidades e destes com as instituições políticas, como Colônias e Associações contrastam com um conjunto de ações de ajuda mútua desenvolvidas no âmbito das relações familiares e de amizade, que apoiam os pescadores nos assuntos cotidianos imediatos da vida ordinária, como nas questões de “aperto”, como eles mesmo afirmam. Assim, há uma ambiguidade na capacidade de organização comunitária revelada pelos dados dos grupos focais, que opõem a existência

de redes de ajuda mútua com a desconfiança nas relações interpessoais e nas instituições políticas.

Por outro lado, no que tange os dados quantitativos há uma evidência que contradiz o que foi revelado nos grupos focais. Nos dados do questionário, a confiança com a Colônia é relativamente alta, em que pese o baixo envolvimento dos pescadores na participação política nestas instancias de representação. Assim, os dados do questionário mostraram que embora estas organizações formais da sociedade civil sejam um fator fundamental na geração de práticas mais participativas, a participação política é afetada pelo tipo de relações desenvolvidas no interior destas associações. E hoje nas Colônias de Pesca e mais substancialmente nas Associações as atividades e decisões se concentram nas mãos das lideranças, atomizando as práticas participativas no seu interior e reforçando a tendência observada nas democracias representativas de delegar poder e função a um grupo de pessoas que se apresentam como lideranças da comunidade. A preferencia pelo mecanismo da democracia representativa é o que mantém os pescadores afastados das decisões e dos espaços de diálogo nestas entidades e, na medida em que, as lideranças se dispõem a atender as necessidades imediatas dos seus membros a confiança no líder tende a se reforçar, o que explica o alto grau de confiança nas Colônias. Este fato também explica o fenômeno das associações que, embora sejam em expressivo número, possuem baixa confiança diante da comunidade de pescadores, por não se vincularem as necessidades dos pescadores. Por fim, os achados empíricos relativos ao associativismo na pesca da Bacia de Campos descartam a relação que a teoria do Capital Social de Putnam encontrou entre confiança e práticas democráticas.

Referências Bibliográficas

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, p. 83–108, 2003.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. **Escritos de educação**, 1980.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **American journal of sociology**, 1988.

CRUZ, R. Associativismo e democratização da sociedade: limites e possibilidades. **Comunicação&política**, v. 24, n. 3, p. 89–114, 1988.

- DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- FERNANDES, A. O capital social e a análise institucional e de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 3, n. 36, p. 375–398, 2002.
- HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argós Ed. Universitária, 2005.
- LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, n. 67, p. 49–103, 2006.
- LEITÃO, W.; MANESCCHY, M. C. Pesquisa desenvolvimento e movimentos Sociais de Pescadores. **Agricultura familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 81–98, 1996.
- MOISÉS, J. Á. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, v. XI, p. 33–63, 2005.
- PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, problemas e práticas**, 2000.
- POTIGUAR JUNIOR, P. L. T. **Caminhos E (Des) Caminhos Do Associativismo Entre os “povos das águas”**: A associação beneficente dos Pescadores de Marudá, Pará. [s.l.] Universidade Federal do Pará, 2008.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SANTOS, V. B. **Capital Social em áreas de acordos de Pesca na Amazônia Oriental: articulações entre escalas e aspectos institucionais e organizativos nos processos de aprendizagem e inovações de pescadores artesanais ribeirinhos.**, 2007.
- SOBREIRO, T.; FEDERAL, U. **Conflitos e territorialidade no uso de recursos pesqueiros do Médio rio Negro**IV Encontro Nacional da ANPPAS. **Anais...**Brasília: 2008
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Ed.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. p. 7–70.